

# A PROTEÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE: INTERSEÇÕES ENTRE O DIREITO CIVIL E O DIREITO EMPRESARIAL BRASILEIRO

---

## *THE PROTECTION OF SMALL BUSINESS: INTERSECTIONS BETWEEN BRAZILIAN PRIVATE LAW AND BRAZILIAN COMMERCIAL LAW*

**FÁBIO PERIANDRO DE ALMEIDA HIRSCH**

Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia. Professor Adjunto de Direito Constitucional e Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor Assistente de Direito Constitucional e Teoria da Constituição da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Advogado. [fperiandro@mmcz.adv.br](mailto:fperiandro@mmcz.adv.br)

**ALESSANDRO MATHEUS MARQUES SANTOS**

Pós-Graduando em Direito Público pela FGV Direito Rio. Graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2014) e Monitor do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP). Sócio fundador e Vice-Presidente (2012-2014) da Associação Baiana de Defesa do Consumidor (ABDECON). Consultor Jurídico da Confederação Brasileira de Empresas Juniores e Coordenador Jurídico do Politize! – Instituto de Educação Política. Advogado. [alessandrosantos@mmcz.adv.br](mailto:alessandrosantos@mmcz.adv.br)

Recebido em: 15.01.2015  
Aprovado em: 14.05.2015

**ÁREA DO DIREITO:** Societário; Comercial/Empresarial; Civil; Constitucional

**RESUMO:** O presente artigo versa sobre as interseções entre o direito civil e o direito comercial utilizadas como base para a qualificação das micro e pequenas empresas no ordenamento jurídico brasileiro. Trata-se de um estudo que se utilizou de fontes doutrinárias e jurisprudenciais. A investigação desenvolve uma análise dos elementos societários sobre os quais se assenta o conceito legal de microempresa e empresa de pequeno porte de acordo com a LC 123/2006, passando uma análise das raízes históricas dessa base. Nessa linha de reflexão, busca-se

**ABSTRACT:** This article is about the intersections between Brazilian Private Law and Brazilian Commercial Law used as basis to a qualification of small business in Brazilian legal system. It is a study that used doctrinal and case-law sources. This investigation develops an analysis of the commercial elements used to formulate the legal concept of small business according to Brazilian Small Business Act (Lei Complementar 123/2006), passing through an analysis of the historical roots of its creation. In this line of reflection, the article searches the constitutional

---

HIRSCH, Fábio Periandro de Almeida; SANTOS, Alessandro Matheus Marques. A proteção da microempresa e da empresa de pequeno porte: interseções entre o direito civil e o direito empresarial brasileiro. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*. N. 2. v. 4. p. 163-209. São Paulo: Ed. RT, jul.-set. 2015.

esclarecer qual a natureza constitucional da proteção às microempresas. Ao final, o estudo apresenta o modo pelo qual as normas previstas no Código Civil brasileiro interagem com as disposições do Estatuto das MPEs e com as previsões da Constituição Federal de 1988, materializando os seus princípios em regras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito civil – Proteção – Microempresas.

nature of small business's legal protection. The study also proposes to show how legal concepts in the Brazilian Civil Code interact with the Small Business Act and the Federal Constitution of 1988, turning its principles into concrete rules.

**KEYWORDS:** Private law – Protection – Small business.

**SUMÁRIO:** 1. A microempresa e a empresa de pequeno porte: alguns elementos da evolução dos institutos – 2. Teoria geral do direito civil e o direito societário brasileiro: 2.1 Breve evolução histórica; 2.2 Quadro geral das pessoas jurídicas no Código Civil de 2002: aproximações e distinções – 3. Natureza jurídico-constitucional da proteção à microempresa e à empresa de pequeno porte – 4. Conteúdo jurídico da proteção à microempresa e à empresa de pequeno porte – 5. Considerações finais.

## 1. A MICROEMPRESA E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE: ALGUNS ELEMENTOS DA EVOLUÇÃO DOS INSTITUTOS

A atividade empresarial sempre foi regulada pelo direito, ao passo que também influenciou a sua formação e evolução histórica.

Partindo-se dessa premissa, é possível afirmar que a relação entre particulares para atendimento das necessidades coletivas ou de determinados grupos (conjunto de obrigações submetidas ao regime do direito civil e/ou comercial) e a subsequente circulação de produtos e prestação de serviços nessa cadeia são elementos de permanência histórica.<sup>1</sup>

No Brasil, a Lei 7.256/1984 destacou-se como pioneira no campo da regulação das atividades lucrativas ao inserir, no ordenamento jurídico pátrio, o conceito de microempresa e empresa de pequeno porte.

1. A atividade empresarial, já disciplinada na Idade Antiga, ganhou novos contornos no direito costumeiro ou consuetudinário ao longo da Idade Média Europeia, cujas lacunas eram preenchidas pelo direito romano ou, ainda, pelo direito canônico. Sobre a evolução histórica do direito consuetudinário no âmbito civil e comercial, ver CA-ENEGEM, Raoul Charles van. *Uma introdução histórica ao direito privado*. Trad. Carlos Eduardo Machado. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 50-64. Destacando a importância do direito romano sobre as normas consuetudinárias, em especial nas obras doutrinárias, conferir DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*. Trad. Hermínio Carvalho. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 37-54.

HIRSCH, Fábio Periandro de Almeida; SANTOS, Alessandro Matheus Marques. A proteção da microempresa e da empresa de pequeno porte: interseções entre o direito civil e o direito empresarial brasileiro. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*. N. 2. v. 4. p. 163-209. São Paulo: Ed. RT, jul.-set. 2015.